

(Provisório)

SUMÁRIO

PARTE I – NOÇÕES GERAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

CAPÍTULO 1 – Direito Tributário	23
1. Estado e o poder de tributar	23
2. Conceito e objeto do direito tributário.....	25
3. Direito tributário x direito financeiro. O problema da autonomia dos ramos do direito	26
4. Relação do direito tributário com os demais ramos do direito	27
5. Quadro sinóptico	28
CAPÍTULO 2 – Teoria geral do tributo	31
1. Definição do tributo	31
1.1. Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir	32
1.2. Prestação compulsória instituída em lei	33
1.3. Prestação que não constitui sanção por ato ilícito.....	35
1.4. Cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.....	37
2. A regra matriz de incidência dos tributos.....	37
2.1. Aspectos da regra matriz de incidência: antecedente da norma (critérios material, temporal e espacial).....	39
2.2. Aspectos da regra matriz de incidência: consequente da norma (critérios pessoal e quantitativo).....	40
2.3. Esquema lógico de representação da regra matriz de incidência	42
3. Espécies tributárias	43
3.1. Teorias acerca das espécies tributárias	43
3.2. Determinação da natureza jurídica dos tributos.....	44
3.3. Diversas espécies de tributos	45
3.3.1. Impostos	46
3.3.2. Taxas	47
3.3.3. Contribuições de melhoria.....	48
3.3.4. Empréstimos compulsórios.....	49
3.3.5. Contribuições especiais	50
3.3.6. Contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.....	51
4. Classificação dos tributos.....	52

4.1. Tributos federais, estaduais, distritais ou municipais.....	52
4.2. Tributos privativos, comuns e residuais.....	53
4.3. Tributos vinculados e não vinculados.....	53
4.4. Tributos de arrecadação vinculada e tributos de arrecadação não vinculada.....	54
4.5. Tributos pessoais e reais.....	54
4.6. Tributos diretos e indiretos.....	55
4.7. Tributos ordinários e extraordinários.....	55
4.8. Impostos sobre o comércio exterior, impostos sobre o patrimônio e a renda e impostos sobre a produção e circulação: a classificação proposta pelo CTN.....	55
5. Funções dos tributos: fiscal, extrafiscal e parafiscal.....	56
6. Quadro sinóptico.....	57

PARTE II – TRIBUTOS DA COMPETÊNCIA COMUM

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

CAPÍTULO 3 – Taxas.....	61
1. Introdução.....	61
2. Aspecto material.....	64
2.1. Exercício do poder de polícia.....	66
2.1.1. Exercício regular do poder de polícia – existência de órgão e estrutura administrativa competente.....	68
2.2. Serviço público específico e divisível.....	70
2.2.1. Taxas Judiciárias.....	74
2.2.2. Taxas x preços públicos (ou tarifas).....	75
2.2.2.1. Os pedágios cobrados pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.....	78
3. Aspecto temporal.....	79
4. Aspecto espacial.....	80
5. Aspecto subjetivo.....	81
5.1. Sujeito ativo.....	81
5.2. Sujeito passivo.....	83
6. Aspecto quantitativo.....	84
6.1. Base de cálculo.....	87
6.2. Alíquota.....	89
7. Imunidades e isenções.....	90
8. Informações complementares.....	93
9. Quadro sinóptico.....	95
10. Súmulas do STF e STJ.....	96
CAPÍTULO 4 – Contribuições de melhoria.....	99
1. Introdução.....	99
2. Aspecto material.....	102
2.1. Contribuições de melhoria e desapropriações indiretas.....	105
3. Aspecto temporal.....	106
4. Aspecto espacial.....	107
5. Aspecto subjetivo.....	108
5.1. Sujeito ativo.....	108

5.2. Sujeito passivo	108
6. Aspecto quantitativo	110
6.1. Base de cálculo	112
6.1.1. Limites das contribuições de melhoria	113
6.2. Alíquota	115
7. Imunidades e isenções	116
8. Informações complementares	116
9. Quadro sinóptico	119

PARTE III – TRIBUTOS FEDERAIS

Antônio Augusto Souza Dias Júnior

CAPÍTULO 5 – Imposto Territorial Rural – ITR	123
1. Aspecto material	123
2. Aspecto temporal	127
3. Aspecto espacial	128
4. Aspecto subjetivo	129
5. Aspecto quantitativo	132
6. Imunidade e isenção	136
7. Informações complementares: lançamento	138
8. Quadro sinóptico	141
9. Súmulas	141
CAPÍTULO 6 – Impostos sobre o Comércio Exterior – II e IE	143
1. Introdução	143
1.1. Impostos sobre o Comércio Exterior, o direito aduaneiro e o princípio da soberania	144
1.2. O Imposto de importação e o imposto de exportação na Constituição e no Código Tributário Nacional	146
1.3. Noções gerais de direito aduaneiro	151
1.4. Procedimentos de importação e de exportação	156
1.5. Siscomex Carga	159
2. Imposto de importação	161
2.1. Aspecto material	162
2.2. Aspecto temporal	166
2.3. Aspecto espacial	168
2.4. Aspecto subjetivo	168
2.5. Aspecto quantitativo	171
2.5.1. Base de cálculo	171
2.5.2. Alíquota	175
2.5.3. Tributação simplificada, especial e unificada	179
2.6. Isenções e imunidades	182
2.7. Regimes aduaneiros especiais	185
2.7.1. Trânsito Aduaneiro	189
2.7.2. Admissão Temporária	189
2.7.3. Drawback	191
2.7.3.1. Introdução	191
2.7.3.2. Princípios	191

2.7.3.3.	Modalidades.....	193
2.7.3.4.	Comprovação de cumprimento do regime.....	194
2.7.4.	Entrepasto Aduaneiro.....	195
2.7.5.	Outros regimes especiais.....	196
2.8.	Zona Franca de Manaus, Áreas de Livre Comércio e Zonas de Processamento de Exportação.....	201
2.8.1.	Zona Franca de Manaus.....	201
2.8.2.	Áreas de Livre Comércio.....	203
2.8.3.	Zonas de Processamento de Exportação – ZPE.....	203
2.9.	Administração, lançamento e controle do imposto.....	204
2.10.	Penal de perdimento de bens.....	207
3.	Imposto de exportação.....	213
3.1.	Aspecto material.....	213
3.2.	Aspecto temporal.....	214
3.3.	Aspecto espacial.....	215
3.4.	Aspecto subjetivo.....	215
3.5.	Aspecto quantitativo.....	216
3.5.1.	Base de cálculo.....	216
3.5.2.	Alíquota.....	216
3.6.	Regimes especiais.....	216
3.7.	Lançamento.....	216
4.	Resumo.....	218
5.	Súmulas.....	220
CAPÍTULO 7 – Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI		223
1.	Introdução.....	223
2.	Aspecto material.....	225
2.1.	Nacionalização de produtos estrangeiros.....	231
2.2.	A jurisprudência sobre importação para consumidor final não contribuinte do IPI.....	233
3.	Aspecto temporal.....	234
3.1.	Suspensão do Imposto.....	235
4.	Aspecto subjetivo.....	238
4.1.	Sujeito ativo.....	238
4.2.	Sujeito passivo.....	238
4.2.1.	Responsabilidade e substituição tributária.....	243
5.	Aspecto quantitativo.....	244
5.1.	Base de cálculo.....	244
5.1.1.	Descontos incondicionais e bonificações.....	244
5.1.2.	Frete.....	246
5.1.3.	Perdas e quebras de estoque.....	247
5.1.4.	Pautas fiscais no IPI.....	248
5.2.	Alíquotas.....	251
5.2.1.	A tributação do cigarro.....	254
5.3.	Não Cumulatividade do IPI.....	256
5.3.1.	Regras gerais.....	256
5.3.2.	Diferentes espécies de crédito de IPI: Créditos básicos, créditos por devolução, créditos de incentivo, crédito prêmio, crédito presumido etc.....	259
5.3.3.	Crédito-prêmio do IPI.....	263

5.3.4.	Insumos não tributados.....	263
5.3.5.	Energia elétrica.....	265
5.3.6.	Bens para uso e consumo e para o ativo imobilizado.....	265
5.3.7.	Simples.....	266
5.3.8.	Correção monetária dos créditos de IPI indeferidos pela Fazenda e posteriormente concedidos pelo Judiciário.....	267
6.	Restituição do imposto.....	268
7.	Imunidades e isenções.....	272
7.1.	Benefícios Fiscais.....	275
8.	Lançamento e obrigações acessórias.....	277
9.	Resumo.....	278
10.	Súmulas.....	279
CAPÍTULO 8 – Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.....		281
1.	Introdução.....	281
2.	IOF/crédito.....	292
2.1.	Noções gerais.....	292
2.2.	Aspecto material.....	293
2.3.	Aspecto subjetivo.....	298
2.4.	Aspecto quantitativo.....	299
3.	IOF/câmbio.....	305
3.1.	Noções gerais.....	305
3.2.	Aspecto material.....	306
3.3.	Aspecto subjetivo.....	307
3.4.	Aspecto quantitativo.....	307
4.	IOF/seguros.....	313
4.1.	Noções gerais.....	313
4.2.	Aspecto material.....	314
4.3.	Aspecto subjetivo.....	315
4.4.	Aspecto quantitativo.....	315
4.5.	Hipóteses de isenção.....	316
5.	IOF/TVM.....	316
5.1.	Noções gerais.....	316
5.2.	Aspecto material.....	316
5.3.	Aspecto subjetivo.....	318
5.4.	Aspecto quantitativo.....	319
5.5.	Hipóteses de isenção.....	323
6.	IOF/ouro ativo financeiro.....	323
6.1.	Noções gerais.....	323
7.	Resumo.....	324
8.	Súmulas.....	326
CAPÍTULO 9 – Imposto de Renda – IR.....		327
1.	Introdução.....	328
2.	Aspecto material.....	329
2.1.	Conceito de renda.....	329
2.2.	Disponibilidade da renda.....	334
2.3.	Generalidade, universalidade e progressividade.....	335
2.4.	Fato gerador complexo e princípios da anualidade e da irretroatividade	

– aspecto temporal.....	336
3. Aspecto quantitativo.....	337
3.1. Base de cálculo.....	337
3.2. Alíquotas.....	338
4. Aspecto subjetivo.....	339
4.1. Contribuinte e responsável.....	339
4.2. Domicílio e residência.....	340
5. IRPF.....	341
5.1. Introdução.....	341
5.2. Sistema de apuração, declaração e pagamento do imposto.....	341
5.3. Aspecto subjetivo.....	343
5.3.1. Contribuinte.....	343
5.3.2. Responsável.....	343
5.3.3. Responsabilidade por retenção.....	344
5.3.4. Princípios da territorialidade e da renda universal.....	345
5.3.5. Equiparação à pessoa jurídica.....	346
5.4. Aspecto material.....	348
5.5. Aspecto quantitativo.....	348
5.5.1. Base de cálculo.....	349
5.5.1.1. Renda tributável.....	349
5.5.1.2. Rendimentos isentos e não tributados.....	354
5.5.1.3. Rendimentos pagos acumuladamente – rendimentos acumulados.....	371
5.5.1.4. Despesas dedutíveis.....	373
5.5.2. Alíquota.....	378
5.5.3. Deduções do imposto.....	379
5.6. Tributação do ganho de capital.....	383
5.6.1. Regras gerais.....	383
5.6.2. A lei de regularização de ativos.....	385
5.7. Tributação de aplicações financeiras – Introdução.....	388
5.8. Atividade rural.....	391
5.9. Tributação dos residentes no exterior.....	393
5.10. Tributação de rendimentos omitidos.....	395
5.10.1. Sinais exteriores de riqueza.....	396
5.10.2. Acréscimo patrimonial a descoberto.....	396
5.10.3. Depósitos não identificados.....	397
5.11. Obrigações acessórias – as declarações do IRPF.....	399
6. IRPJ.....	402
6.1. Introdução.....	402
6.2. Primeira aproximação.....	403
6.3. Novas regras contábeis internacionais e regime tributário de transição.....	406
6.4. A apuração do imposto – visão geral.....	410
6.5. Aspecto subjetivo.....	412
6.6. Aspecto temporal.....	417
6.7. Aspecto material.....	425
6.8. Aspecto quantitativo.....	425
6.8.1. Base de cálculo.....	425
6.8.1.1. Resultado operacional.....	427

6.8.1.1.1. Receitas operacionais.....	427
6.8.1.1.2. Despesas operacionais.....	433
6.8.1.2. Resultados não operacionais	454
6.8.1.3. Compensação de prejuízos.....	457
6.8.1.4. Omissão de receitas.....	459
6.8.2. Alíquotas	462
6.9. Retenção na fonte.....	463
6.10. Resultados não operacionais	463
6.11. Reavaliação de bens.....	466
6.11.1. Introdução.....	466
6.11.2. Avaliação a valor presente	466
6.11.3. Avaliação a valor justo	467
6.11.4. Redução do valor recuperável – <i>Impairment</i>	468
6.12. Investimentos, participações societárias e reorganizações societárias	468
6.12.1. Introdução.....	468
6.12.2. Investimentos avaliados pelo custo e investimentos avaliados pela equivalência patrimonial.....	469
6.12.2.1. Os investimentos e o método aplicável.....	469
6.12.2.2. Aquisição do investimento e operações registradas pelo MEP	470
6.12.2.3. Alienação do investimento	472
6.12.3. Ações em tesouraria	474
6.12.4. Reorganização societária e combinação de negócios: fusão, cisão e incorporação	474
6.12.4.1. Visão geral	474
6.12.4.2. Efeitos tributários	477
6.13. Lucro distribuído e lucro capitalizado.....	483
6.14. Preços de transferência	485
6.14.1. Importações	488
6.14.2. Exportações.....	490
6.14.3. Estabilidade e praticidade nos métodos de preços de transferência	491
6.14.4. Flexibilização dos percentuais e margens.....	492
6.14.5. Juros	492
6.14.6. Paraísos fiscais	493
6.14.7. Acordos internacionais	493
6.15. Atividades no exterior	493
6.15.1. Rendimentos tributáveis auferidos de fonte no exterior.....	494
6.15.2. Aspecto temporal	494
6.15.3. Equivalência patrimonial – MEP	496
6.15.4. Tratamento da renda paga por fonte no exterior a pessoa jurídica no Brasil	497
6.16. Operações no mercado financeiro.....	498
6.16.1. Retenção na fonte	498
6.16.2. Tributação na apuração do imposto (dedução do IRRF e das perdas)	498
6.16.3. Aplicações de renda fixa	500
6.16.4. Aplicações em valores mobiliários	500
6.17. Retenção na fonte.....	501
6.18. Apuração pelo lucro real e pagamento por estimativa	502
6.19. Lucro presumido, lucro arbitrado e simples.....	509

6.19.1. Lucro presumido	509
6.19.2. Lucro arbitrado	513
6.19.3. Simples.....	516
6.20. Imunidades e Isenções	522
6.21. Lançamento	524
7. Resumo.....	530
8. Súmulas	531
CAPÍTULO 10 – PIS e Cofins.....	533
1. Introdução.....	533
2. Panorama constitucional.....	534
3. Aspecto subjetivo	536
4. Aspecto material	540
5. Aspecto temporal.....	548
6. Aspecto quantitativo.....	549
6.1. PIS-Folha	549
6.2. Regime cumulativo.....	549
6.3. Regime não cumulativo	555
6.4. PIS e COFINS-Importação.....	583
6.5. “Regime Misto” – ou duplicidade de regimes.....	586
7. Tributação monofásica ou concentrada	588
8. Substituição tributária.....	590
9. Isenções E Alíquota zero	592
10. Lançamento	596
11. Resumo.....	596
12. Súmulas	597
CAPÍTULO 11 – Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS.....	599
1. Introdução.....	599
2. Regras comuns entre CBS e IBS	600
CAPÍTULO 12 – Imposto Seletivo.....	607

PARTE IV – TRIBUTOS ESTADUAIS

Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro

CAPÍTULO 13 – Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD	613
1. Introdução.....	613
2. Aspecto material	615
2.1. Renúncia da herança	616
2.2. Partilha desproporcional de bens na separação ou divórcio ou nos processos de inventário.....	617
2.3. Usufruto.....	618
2.4. Fideicomisso.....	619
2.5. Falecimento do cônjuge meeiro antes da partilha dos bens do pré-morto.....	620
2.6. ITCMD nos Contratos de VGBL	621
3. Aspecto temporal.....	621

4. Aspecto espacial.....	622
5. Aspecto pessoal.....	623
5.1. Sujeito ativo.....	623
5.2. Sujeito passivo.....	625
6. ASpecto quantitativo.....	625
7. Imunidades e isenções.....	628
8. Informações complementares.....	629
8.1. Lançamento e decadência do ITCMD nos processos de inventário.....	632
9. Quadro sinóptico.....	634
10. Súmulas do STF e STJ.....	636

CAPÍTULO 14 – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS..... 637

1. Introdução.....	638
2. Aspecto material.....	642
2.1. ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias.....	642
2.1.1. ICMS X ISS.....	644
2.1.2. Operações relativas à circulação de mercadorias: necessária circulação jurídica do bem.....	648
2.1.3. Mercadorias para fins de incidência.....	652
2.1.4. Operações de arrendamento mercantil (leasing) internas e internacionais.....	654
2.2. Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.....	657
2.3. Prestação de serviço de comunicação.....	659
3. Aspecto espacial.....	662
4. Aspecto temporal.....	668
4.1. Operações com Energia Elétrica: Momento do Consumo.....	669
5. Aspecto subjetivo.....	669
5.1. Sujeito ativo.....	669
5.1.1. Sujeito ativo do ICMS nas operações interestaduais (Emenda Constitucional n. 87/2015).....	670
5.1.1.1. O Protocolo ICMS 21/2011 do CONFAZ e a Cobrança de DIFAL no Estado de destino nas operações de venda de mercadoria a consumidor final realizada de forma não presencial: ADI 4628.....	672
5.1.1.2. A Cobrança de DIFAL pelo Estado Destinatário nas operações de venda de mercadoria por empresa aderente ao Simples Nacional a consumidor final não contribuinte do ICMS: A Medida Cautelar proferida na ADI 5.464/DF.....	673
5.1.1.3. Necessidade de Edição de Lei Complementar para cobrança de DIFAL nas operações e prestações interestaduais com consumidor final não contribuinte do Imposto: ADI 5469 e RE 1287019.....	674
5.1.1.3.1. A Lei Complementar Federal n. 190/2022 e a Controvérsia sobre a Aplicabilidade dos Princípios da Anterioridade Anual e Nonagesimal.....	675
5.1.1.4. A Cobrança de DIFAL pelo Estado Destinatário nas operações de venda de mercadoria por empresa aderente ao	

	Simples Nacional a consumidor final contribuinte do ICMS: RE 970.821.....	676
5.1.2.	Sujeito ativo do ICMS nos casos de importação de mercadorias, bens e serviços	676
5.1.3.	Sujeito ativo do ICMS nas Prestações de Serviços de Comunicação Via Satélite.....	681
5.2.	Sujeito passivo do ICMS	682
5.2.1.	Contribuinte de Fato × Contribuinte de Direito: Direito à Restituição do Tributo.....	685
5.2.2.	Responsabilidade Tributária por Substituição	688
5.2.2.1.	Substituição tributária progressiva e repetição do indébito	692
5.2.2.2.	Substituição tributária nas operações com energia elétrica	695
5.2.3.	Responsabilidade Tributária por Transferência.....	696
6.	Aspecto quantitativo.....	697
6.1.	Base de cálculo	698
6.1.1.	ICMS “por dentro”	699
6.1.2.	Descontos condicionados e incondicionados e bonificações.....	701
6.1.3.	Base de cálculo, substituição tributária e pauta fiscal	702
6.1.4.	Vendas a prazo e operações com cartões de crédito.....	704
6.1.5.	Operações com energia elétrica: demanda contratada × energia efetivamente utilizada	705
6.1.6.	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD e Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST de Energia Elétrica	706
6.2.	Alíquota	711
6.2.1.	O Princípio da Seletividade em Função da Essencialidade do ICMS e a Lei Complementar n. 194, de 2022.....	713
6.2.2.	Alíquota Específica nas Operações Interestaduais com Bens e Mercadorias Importados do Exterior: A Guerra dos Portos.....	718
6.2.3.	O Diferencial Competitivo dos Biocombustíveis	719
6.3.	Não cumulatividade	720
6.3.1.	Manutenção de créditos nos casos de isenção, imunidade e não incidência	724
6.3.2.	Período de apuração do imposto e não cumulatividade: regime de conta gráfica e demais regimes especiais.....	729
6.3.2.1.	Proibição de instituição de sanções políticas em matéria tributária.....	731
6.3.3.	Créditos escriturados e direito à correção monetária	733
6.3.4.	Venda de mercadoria por preço inferior ao da aquisição: estorno de crédito	734
6.3.5.	Produtos intermediários, bens de conveniência e bens destinados ao ativo fixo e ao uso e consumo do estabelecimento	734
7.	Imunidades e isenções.....	739
7.1.	Imunidades.....	739
7.1.1.	Imunidades genéricas	739
7.1.2.	Imunidades específicas	741
7.1.2.1.	Imunidades para exportações	742
7.1.2.2.	Imunidades nas operações interestaduais com petróleo e derivados e energia elétrica	747
7.1.2.3.	Demais imunidades: ouro, serviços gratuitos de comunicação	

	e operações com minerais	749
7.2.	Isenções.....	749
7.2.1.	Discussão Judicial sobre Benefícios Fiscais Unilaterais.....	753
7.2.2.	Benefícios Unilaterais Válidos	754
7.2.3.	Benefícios Fiscais Disfarçados	754
7.2.4.	Benefícios Concedidos por Tratados	755
7.2.5.	A Lei Complementar n. 160, de 2017, o Convênio ICMS n. 190, de 2017, e a Convalidação de Benefícios Fiscais Unilaterais.....	756
7.2.6.	Os Benefícios Fiscais Condicionados a Contrapartida em Dinheiro e os Fundos de Infraestrutura e Estabilização Fiscal	759
8.	Informações complementares.....	761
8.1.	ICMS Monofásico.....	761
8.1.1.	A ADI 7191, ADPF 984 e o Regime de Monofasia: O Acordo celebrado entre os Estados e a União.....	764
8.2.	Lançamento e Decadência do ICMS	766
9.	Quadro sinóptico	768
10.	Súmulas do STF e do STJ	771
CAPÍTULO 15 – Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA.....		773
1.	Introdução.....	773
2.	Aspecto material	774
3.	Aspecto temporal.....	776
4.	Aspecto espacial	778
5.	Aspecto subjetivo	778
5.1.	Sujeito ativo	778
5.2.	Sujeito passivo	780
6.	Aspecto quantitativo.....	782
7.	Imunidades e isenções.....	783
8.	Informações complementares.....	784
9.	Quadro sinóptico	785

PARTE V – TRIBUTOS MUNICIPAIS

Helton Kramer Lustoza

CAPÍTULO 16 – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN		789
1.	ASPECTO MATERIAL	789
1.1.	Análise de alguns serviços da lista.....	804
1.1.1.	Exportação de serviço.....	804
1.1.2.	Conflitos entre ICMS e ISSQN: caso paradigma de Informática	808
1.1.3.	Atividades bancárias	812
1.1.4.	Arrendamento mercantil – <i>leasing</i>	813
1.1.5.	Franquia (<i>franchising</i>).....	816
1.1.6.	Construção civil.....	822
1.1.7.	Industrialização por encomenda	832
1.1.8.	Aplicação da imunidade de jornais e periódicos	838
1.1.9.	Locação de bens móveis.....	841
1.1.10.	Serviços relativos à fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia .	843
1.1.11.	Serviços de transporte de natureza municipal.....	844

1.1.12.	Serviços compartilhados (<i>Cost Sharing</i>).....	844
1.1.13.	Atividades de apostas e loterias	847
1.1.14.	Serviço de monitoramento e rastreamento à distância	848
1.1.15.	Serviço de compartilhamento de infraestrutura.....	849
2.	Aspecto temporal.....	850
3.	Aspecto espacial	851
3.1.	Inovações promovidas pela Lei Complementar 157/2016.....	860
3.2.	Inovações trazidas pela lei complementar 175/2020	863
4.	Aspecto subjetivo	866
4.1.	Cartórios, notariais e registros públicos.....	868
4.2.	Cooperativa	871
4.3.	Serviços de coleta de sangue e análise clínica	872
5.	Aspecto quantitativo.....	874
5.1.	Base de cálculo	874
5.1.1.	Base de cálculo especial para sociedades profissionais (ISS-fixo)	880
5.1.2.	Arbitramento da Base de Cálculo – regime de estimativa.....	883
5.2.	Alíquota	885
6.	Informações complementares.....	888
6.1.	Lançamento	888
6.2.	Restituição do tributo perante a previsão do art. 166	889
do CTN		
6.3.	Regime de retenção no Simples Nacional	893
6.4.	Requisitos de Isenções individuais	894
6.5.	Alterações promovidas pela Lei Complementar 157/2016	896
6.5.1.	Improbidade administrativa.....	896
6.5.2.	Vigência da LC 157/2016.....	902
6.5.3.	Definição da cota-parte no repasse do ICMS	903
6.5.4.	Acréscimo de serviços na lista anexa à LC 116/2003	904
7.	Quadro sinóptico	910
8.	Súmulas do STF e do STJ	911
9.	Síntese dos principais entendimentos sobre ISSQN	912
	CAPÍTULO 17 – Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.....	917
1.	Aspecto material	917
2.	Aspecto temporal.....	923
3.	Aspecto espacial	924
4.	Aspecto subjetivo	927
4.1.	Invasões de Terras.....	931
4.2.	Terras da marinha.....	932
4.3.	Exigência do IPTU no caso de loteamento irregular.....	933
4.4.	Imunidades de terrenos baldios de Templos Religiosos e de Entidades Educativas e Assistenciais.....	937
4.5.	Imunidade e sucessão tributária – caso da RFFSA	939
4.6.	Incidência do IPTU sobre imóvel com restrição ambiental	942
4.7.	Imunidade e Maçonaria	944
4.8.	Imunidade e Cessão de imóveis públicos	945
5.	Aspecto quantitativo.....	950
5.1.	Base de cálculo	950
5.2.	Alíquota	955

6.	Informações complementares.....	960
6.1.	Lançamento	960
6.2.	Exceção ao Bem de Família	961
6.3.	Repetição de indébito.....	962
7.	Quadro sinóptico	962
8.	Súmulas do STF e do STJ	963
9.	Síntese dos principais entendimentos do STJ sobre IPTU	964

CAPÍTULO 18 – Imposto de Transmissão de Bens “Inter Vivos” – ITBI..... 969

1.	Aspecto material	969
1.1.	Desapropriação e Usucapião	973
1.2.	Separação consensual e excesso oneroso de partilha	974
1.3.	Renúncia à Herança.....	975
1.4.	Anulação do negócio jurídico de transmissão imobiliária	976
1.5.	Incidência do ITBI na integralização no capital de pessoa jurídica	979
1.5.1.	Imunidade tributária das Holdings Patrimoniais e possíveis desvios de finalidade.....	982
1.6.	Dissolução de condomínios sobre imóveis indivisíveis	986
2.	Aspecto temporal.....	988
3.	Aspecto espacial	992
4.	Aspecto subjetivo	992
5.	Aspecto quantitativo.....	992
5.1.	Base de cálculo	992
5.2.	Alíquota	996
6.	Informações complementares.....	998
7.	Quadro sinóptico	998
8.	Súmulas do STF e STJ.....	998
9.	Síntese dos principais entendimentos sobre ITBI	999

CAPÍTULO 19 – Contribuição de Iluminação Pública E DE monitoramento de logradouros públicos – COSIP 1001

1.	Aspecto material	1001
2.	Aspecto temporal.....	1003
3.	Aspecto espacial	1003
4.	Aspecto subjetivo	1003
5.	Aspecto quantitativo.....	1004
5.1.	Base de cálculo	1004
5.2.	Alíquota	1004
6.	Informações complementares.....	1004
6.1.	Taxas municipais – Diferenciação com a COSIP	1004
7.	Quadro sinóptico	1006

PARTE VI – TRIBUTOS DA COMPETÊNCIA COMPARTILHADA ENTRE ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

CAPÍTULO 20 – IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS 1009

1.	Introdução.....	1009
2.	Aspecto material	1015
2.1.	IBS nas “Operações com Bens, Inclusive Direitos”	1015

2.2.	IBS nas “Operações com Serviços”	1017
2.2.1.	IBS-Serviço Incidente sobre Prestações de Serviços Atualmente Sujeitas ao ISSQN	1017
2.2.2.	IBS-Serviço Incidente sobre Prestações de Serviços Atualmente Sujeitas ao ICMS (Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação)	1021
2.3.	IBS nas “Operações Mistas”	1023
3.	Aspecto espacial	1024
4.	Aspecto temporal	1027
5.	Aspecto subjetivo	1028
5.1.	Sujeito Ativo do IBS.....	1028
5.1.1.	Comitê Gestor do IBS: Natureza Jurídica e Características Gerais	1029
5.1.2.	Comitê Gestor do IBS: Atribuições Constitucionais	1032
5.1.3.	A Distribuição do Produto da Arrecadação do IBS aos Estados, DF e Municípios: Regras “Definitivas”	1034
5.1.3.	As Regras Transitórias de Distribuição do IBS entre Estados e Municípios: As Mudanças no ADCT-CF/88.....	1037
5.1.4.	Sujeito Ativo do IBS nas Importações.....	1039
5.2.	Sujeito Passivo do IBS	1042
5.2.1.	Contribuinte	1042
5.2.2.	Responsável Tributário	1045
5.2.2.1.	Responsabilidade por Substituição.....	1045
5.2.2.2.	Responsabilidade por Transferência	1049
6.	Aspecto quantitativo.....	1049
6.1.	Base de Cálculo	1050
6.2.	Alíquota	1053
6.2.1.	O Senado Federal e as Alíquotas de Referência	1054
6.2.2.	Alíquotas Reduzidas do IBS.....	1055
6.2.2.1.	Redução de alíquotas em 60% e 30% em relação à alíquota uniforme	1055
6.2.2.2.	Regime Fiscal Favorecido para biocombustíveis e hidrogênio de baixa emissão de carbono.....	1057
6.2.2.3.	A Cesta Básica Nacional de Alimentos	1058
6.2.3.	Regras Transitórias sobre Alíquotas do IBS	1058
6.3.	Não Cumulatividade.....	1061
6.3.1.	A Não Cumulatividade Ampla do IBS.....	1064
6.3.2.	Não cumulatividade e operações sujeitas à imunidade e isenção.....	1067
6.3.3.	Não Cumulatividade e Sujeitos Passivos submetidos ao Regime do Simples Nacional	1068
6.3.4.	Regimes Específicos de Tributação	1069
7.	Imunidades e isenções.....	1070
7.1.	Imunidades.....	1070
7.1.1.	Imunidades genéricas	1070
7.1.2.	Imunidades específicas	1072
7.2.	Isenções e Outros Incentivos e Benefícios Fiscais do IBS.....	1074
8.	Informações complementares: <i>cashback</i>	1076
	Referências Bibliográficas	1079